



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10410.002511/96-11
Recurso nº : 110.869
Acórdão nº : 202-16.209

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 09/09/2005

VISTO

(Assinatura)

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : DIBRA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
Recorrida : DRJ em Recife - PE

PIS. BASE DE CÁLCULO. SEMESTRALIDADE.

A norma do parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 07/70 determina a incidência da contribuição sobre o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem previsão de correção monetária para aquela base de cálculo defasada.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DIBRA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a semestralidade da base de cálculo do PIS.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005.

Antônio Carlos Atullim

Presidente

Antônio Carlos Bueno Ribeiro

Relator

CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília - DF, em 30/6/2005

Clécia Takafuji
Secretaria da Segunda Câmara
Segundo Conselho de Contribuintes/MF

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Maria Cristina Roza da Costa, Raimar da Silva Aguiar, Antonio Zomer, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.



Processo nº : 10410.002511/96-11
Recurso nº : 110.869
Acórdão nº : 202-16.209

CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília - DF, em 30/6/2005

Clóvis Takafuji
Secretaria da Segunda Câmara
Segundo Conselho de Contribuintes/MF

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : DIBRA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

**RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO**

Em atenção à Resolução nº 202-00.325, decidida na Sessão de 22/01/02 deste Colegiado, cujo relatório e voto leio para lembrança dos Srs. Conselheiros, foram anexados aos autos os documentos de fls. 212/241, cabendo destacar os seguintes:

- Demonstrativos I a V, relativos à composição da base de cálculo para o PIS no período de jan/92 a out/96 (fls. 220/224);
- Demonstrativo VI, referente à apuração do PIS conforme a Lei Complementar nº 07/70 para o período de jan/92 a out/96 (fls. 225/226);
- Demonstrativo VII, destacando as insuficiências de recolhimentos apuradas no período de jan/92 a out/96 (fls. 227).

A Informação Fiscal de fls. 242/249 relata os criteriosos procedimentos adotados pela repartição de origem na elaboração dos aludidos demonstrativos, apontando as fontes das informações utilizadas (devidamente anexadas aos autos) e os critérios vigentes para o cálculo da contribuição no período, reproduzindo os respectivos atos legais.

Ademais, defendeu a tese de que o critério da semestralidade estabelecido no parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 07/70 deveria ser mantida com as alterações introduzidas pela legislação superveniente atinente à indexação da contribuição a partir da ocorrência do fato gerador, concluindo que:

[...] a contribuição de julho teria como base de cálculo o faturamento de janeiro e esta teria que ser convertida pelo índice à época vigente tomando por base o fato gerador, geralmente o do mês subsequente e não como muitos contribuintes postulam, sem qualquer indexação ou a indexação pelo índice relativo ao período de apuração, mas neste caso estaria contrário à legislação, pois seria desconsiderado o fato gerador; (grifo do original)

Assim, no cálculo da contribuição espelhado no Demonstrativo VI supra adotou-se o procedimento de converter o crédito da contribuição apurado, segundo o critério da semestralidade, quando era o caso, pela UFIR da data prevista na legislação vigente, considerando que o fato gerador teria ocorrido no sexto mês anterior ao período de apuração correspondente, o que de fato implicou na correção monetária da base de cálculo (faturamento) defasada.

Acontece que, conforme assinalado no voto que deu origem à diligência em comento, não é esta a tese que veio a sedimentar neste Conselho e no Poder Judiciário, como mais uma vez se pode verificar no seguinte excerto da ementa do EDcl no RE nº 258.731 - SC (2000/0045449-4):



Processo nº : 10410.002511/96-11
Recurso nº : 110.869
Acórdão nº : 202-16.209

Cláudia Takafugi
Secretaria da Segunda Câmara
Segundo Conselho de Contribuintes/MF

1. Devem ser providos os Embargos de declaração se existe contradição no Acórdão. In casu, recebe-se os embargos da empresa para que, corrigindo-se a contradição apontada, declarar-se com efeitos modificativos que: a base de cálculo do PIS não pode sofrer atualização monetária sem que haja previsão legal para tanto. A incidência da correção monetária da base de cálculo do PIS, no regime semestral, não tem amparo legal. A determinação de sua exigência é sempre dependente de lei expressa, de forma que não é dado ao Poder Judiciário aplicá-la, uma vez que não é legislador positivo, sob pena de determinar obrigação para o contribuinte ao arreio do ordenamento jurídico-tributário.

Destarte, impôs-se o recálculo da contribuição segundo o critério prevalecente neste Colegiado. Nesse sentido verifiquei que para tal bastaria pequenos ajustes no Demonstrativo VI, notadamente no que diz respeito à indexação da contribuição nos períodos de apuração em que vigeu o critério da semestralidade (e não de sua base de cálculo), bem como quanto à homogeneidade do padrão monetário nas ocasiões em que houve modificações entre o mês da base de cálculo pretérita e o da ocorrência do fato gerador.

Por outro lado, esses ajustes só foram necessários para os períodos de apuração que acusaram recolhimentos a menor, pois, naqueles que mesmo corrigindo a base de cálculo foram apurados recolhimentos a maior, é óbvia a desnecessidade do recálculo para as finalidades deste processo. Confira os resultados na planilha abaixo:

| BC SEM | FGE | PIS DEVIDO | | | DATA | PAGAMENTO | | | DIF. UFIR OU REAL | EM LOF MANTL | RESUL- TADO DRJ |
|-----------|--------|---------------|-------------|------------|-----------|---------------|-------------|------------|-------------------------|-----------------|--------------------|
| | | EM MOEDA | EM UFIR | EM UFIR | | EM MOEDA | UFIR | EM UFIR | | | |
| jan/92 | jul/92 | 1.609.284,54 | 2.546,3900 | 631,99 | 3/8/1992 | 3.881.071,81 | 2.546,3900 | 1.524,15 | (892,16) | indevido | indevido |
| fev/92 | ago/92 | 1.788.294,76 | 3.135,6200 | 570,32 | 1/9/1992 | 4.231.901,58 | 3.135,6200 | 1.349,62 | (779,31) | indevido | indevido |
| mar/92 | set/92 | 1.888.119,32 | 3.867,1600 | 488,24 | 1/10/1992 | 5.944.533,28 | 3.867,1600 | 1.537,18 | (1.048,94) | indevido | indevido |
| abr/92 | out/92 | 2.844.515,35 | 4.852,5100 | 586,19 | 3/11/1992 | 8.651.622,00 | 4.852,5100 | 1.782,92 | (1.196,72) | indevido | indevido |
| jun/92 | dez/92 | 4.126.540,59 | 7.412,5500 | 556,70 | 4/1/1993 | 10.443.761,75 | 7.412,5500 | 1.408,93 | (852,23) | indevido | indevido |
| Jul/92 | jan/93 | 4.458.707,85 | 9.597,0300 | 464,59 | 1/2/1993 | 15.974.473,21 | 9.597,0300 | 1.664,52 | (1.199,93) | indevido | indevido |
| out/92 | abr/93 | 9.932.000,13 | 19.506,5200 | 509,16 | 3/5/1993 | 38.268.558,45 | 19.506,5200 | 1.961,83 | (1.452,67) | indevido | indevido |
| nov/92 | mai/93 | 12.760.243,45 | 25.126,3500 | 507,84 | 1/6/1993 | 51.379.888,30 | 25.126,3500 | 2.044,86 | (1.537,02) | indevido | indevido |
| jan/93 | jul/93 | 18.370,75 | 42.7900 | 429,32 | 2/8/1993 | 70.655,25 | 42.7900 | 1.651,21 | (1.221,89) | indevido | indevido |
| mar/93 | set/93 | 36.617,40 | 75.9000 | 482,44 | 1/10/1993 | 152.520,26 | 75.9000 | 2.009,49 | (1.527,05) | indevido | indevido |
| abr/93 | out/93 | 44.024,40 | 102.5900 | 429,13 | 1/11/1993 | 151.110,36 | 102.5900 | 1.472,95 | (1.043,82) | indevido | indevido |
| mai/93 | nov/93 | 56.899,71 | 135.5500 | 419,77 | 1/12/1993 | 226.054,70 | 137.3700 | 1.645,59 | (1.225,82) | indevido | indevido |
| jun/93 | dez/93 | 77.455,46 | 185.1200 | 418,41 | 3/1/1994 | 379.781,72 | 187.7700 | 2.022,59 | (1.604,18) | indevido | indevido |
| ago/93 | fev/94 | 120.131,83 | 358.2600 | 335,32 | 1/3/1994 | 705.390,84 | 365.0600 | 1.932,26 | (1.596,94) | indevido | indevido |
| mai/94 | nov/94 | 1.866,05 | 0.6428 | 2.903,01 | 9/12/1994 | 2.477,90 | 0.6618 | 3.744,18 | (841,17) | indevido | indevido |
| ago/94 | fev/95 | 2.633,58 | | | 10/3/1995 | 1.922,99 | | | 710,59 | 0 | indevido |
| set/94 | mar/95 | 2.790,08 | | | 10/4/1995 | 2.404,18 | | | 385,90 | 0 | indevido |
| out/94 | abr/95 | 2.303,58 | | | 10/5/1995 | 1.652,78 | | | 650,80 | 0 | indevido |
| dez/94 | jun/95 | 2.563,86 | | | 14/7/1995 | 2.154,40 | | | 409,46 | 0 | indevido |
| abr/96 | abr/96 | 2.966,02 | | | 15/5/1996 | 2.960,32 | | | 5,70 | 5,71 | 5,71 |

Constatou-se, portanto, que, após os mencionados ajustes, da exigência mantida pela decisão recorrida, só cabe confirmar aquela referente ao saldo remanescente do período de



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10410.002511/96-11
Recurso nº : 110.869
Acórdão nº : 202-16.209

CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília - DF, em 30/6/2005

2º CC-MF
Fl.

Cleusa Takafuji
Secretaria da Segunda Câmara
Segundo Conselho de Contribuintes/MF

apuração de abril de 1996 (R\$ 5,70 mais consectários legais¹), uma vez que também é defeso a este Colegiado atuar positivamente.

Isto posto, dou provimento parcial ao recurso para afastar a exigência relativa aos períodos de apuração de 01/92 a 05/94, 07/94 a 08/94 e 11/95.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005.

ANTÔNIO CARLOS EBUNO RIBEIRO

¹ É evidente a inexatidão material do valor (R\$ 17,57) consignado no item II do dispositivo da decisão recorrida (fl. 170), à vista do Quadro Demonstrativo nº 07 (fl. 167) de seus fundamentos.